

SUMÁRIO

Capítulo 1 ► ASPECTOS GERAIS DO MANDADO DE SEGURANÇA	15
1.1 JUDICIAL REVIEW: DO CONTROLE JUDICIAL DOS ATOS DO PODER PÚBLICO	15
1.1.1 O surgimento do controle judicial dos atos do Poder Público	15
1.1.2 O controle judicial dos atos do Poder Público no Brasil	17
1.1.2.1 Separação de Poderes e o Estado Democrático de Direito	22
1.2 HISTÓRICO DO MANDADO DE SEGURANÇA	32
1.2.1 Institutos próximos no Direito Comparado	36
1.2.1.1 Amparo Mexicano	36
1.2.1.2 Direito anglo-americano (<i>Writs</i>).....	37
1.3 DA TUTELA MANDAMENTAL	39
1.4 PERFIL CONSTITUCIONAL DO MANDADO DE SEGURANÇA	44
1.5 VANTAGENS DE IMPETRAÇÃO DO MANDADO DE SEGURANÇA	49
1.5.1 Da técnica processual prevista no art. 327, § 2º, do CPC e o mandado de segurança	50
Capítulo 2 ► DOS REQUISITOS E DO PROCEDIMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA	57
2.1 NATUREZA JURÍDICA	57
2.2 CONCEITO CONSTITUCIONAL	59
2.2.1 Direito Líquido e Certo	60
2.2.1.1 Ausência de direito líquido e certo (prova pré-constituída)	62
2.2.2 Ato de Autoridade	65
2.2.2.1 Dos Atos da Administração	69
2.2.2.2 Dos Atos do Legislativo	74
2.2.2.3 Dos Atos Jurisdicionais	80
2.2.3 Ilegalidade ou abuso de poder	85
2.2.4 Distinção com outras ações constitucionais	85
2.3 HIPÓTESES LEGAIS DE NÃO CABIMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA	89
2.3.1 Ato de Gestão Comercial	90
2.3.2 Ato que caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução	91
2.3.3 Ato Judicial passível de recurso com efeito suspensivo	94
2.3.4 Ato jurisdicional transitado em julgado	101
2.3.5 Mandado de segurança como substitutivo de ação de cobrança	104
2.4 DO PRAZO PARA IMPETRAÇÃO	113
2.4.1 Natureza Jurídica	113
2.4.2 Constitucionalidade	114
2.4.3 Termo Inicial	115
2.4.4 Impetração preventiva	118
2.4.5 Relação Continuativa	119
2.4.6 Ato omissivo	120
2.5 DAS PARTES	120
2.5.1 Legitimidade ativa	120
2.5.1.1 Direito pertencente a vários titulares	122
2.5.1.2 Titular de direito decorrente	123
2.5.2 Legitimidade passiva	124
2.5.2.1 Indicação errônea da autoridade coatora	127
2.5.3 Litisconsórcio	130

2.5.4	Intervenção de Terceiros	134
2.5.5	Ministério Público	137
2.6	COMPETÊNCIA	141
2.6.1	Competência em razão da graduação hierárquica da autoridade	141
2.6.2	Competência em razão da matéria (eleitoral ou trabalhista).....	143
2.6.2.1	Matéria Eleitoral	143
2.6.2.2	Matéria Trabalhista	144
2.6.3	Competência em razão da qualificação da autoridade (federal ou local).....	146
2.6.3.1	Autoridade Federal	146
2.6.3.2	Autoridade local	158
2.6.4	Competência em razão do território	159
2.6.4.1	Competência territorial na Justiça Federal	159
2.6.5	Mandado de Segurança e Juizado Especial	163
2.7	MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO	165
2.7.1	Noções gerais	165
2.7.2	Mandado de Segurança contra lei em tese	167
2.8	PROCEDIMENTO	173
2.8.1	Da Petição Inicial	173
2.8.1.1	Emenda à Inicial	173
2.8.1.2	Indeferimento da inicial	176
2.8.1.3	Improcedência liminar do pedido	177
2.8.2	Notificação da autoridade coatora e ciência da pessoa jurídica interessada.....	178
2.8.3	Informações	184
2.8.4	Conciliação e Mediação.....	189
2.8.5	Oitiva do Ministério Público	191
2.8.6	Provas	192
2.8.6.1	Prova documental e Prova documentada	193
2.8.7	Desistência	196
2.8.8	Prioridade legal de tramitação e julgamento	199
2.9	TUTELA PROVISÓRIA	200
2.9.1	Tutela Provisória do Código de Processo Civil	200
2.9.2	Da Liminar em Mandado de Segurança – Lei Federal n. 12.016/2009	203
2.9.3	Tutela de evidência	204
2.9.4	Apreciação de Ofício.....	207
2.9.5	Restrições legais	209
2.9.5.1	Proibição de compensação de crédito tributário	221
2.9.6	Meios de impugnação da decisão judicial que aprecia a liminar	222
2.9.7	Efeitos da reforma, anulação ou cassação da liminar.....	223
2.9.8	Perempção e caducidade da medida liminar	228
2.9.9	Suspensão de Liminar ou Segurança	229
2.9.9.1	Previsão legal.....	229
2.9.9.2	Natureza jurídica	232
2.9.9.3	Legitimidade	235
2.9.9.4	Competência	235
2.9.9.5	Simultaneidade de pedido de suspensão e de agravo de instrumento	237
2.9.9.6	Aspecto temporal da suspensão	238
2.9.9.7	Agravo interno	240
2.9.9.8	Da Renovação do pedido de suspensão	242
2.9.9.9	Da Suspensão para várias decisões similares	244
2.10	SENTENÇA	244
2.11	SUCUMBÊNCIA	247

2.12 REMESSA NECESSÁRIA	249
2.12.1 Histórico	249
2.12.2 Remessa necessária e o CPC/2015.....	249
2.12.3 Remessa necessária e o mandado de segurança.....	253
2.13 RECURSOS	257
2.13.1 Disciplina Geral	257
2.13.1.1 Agravo de instrumento	257
2.13.1.2 Apelação	260
2.13.1.3 Recurso Ordinário	264
2.13.1.4 Técnica de ampliação de julgamento	267
2.13.2 Legitimidade recursal	269
2.14 COISA JULGADA	270
2.14.1 Questão Prejudicial Incidental.....	273
2.15 CUMPRIMENTO DA SENTENÇA	274
2.15.1 Cumprimento de sentença em relação às parcelas vencidas anteriormente ao ajuizamento do <i>writ</i>	275
2.15.2 Cumprimento provisório da sentença	278
2.15.3 Descumprimento da ordem mandamental	280
2.15.4 Instrumentos de coerção civil	284
Capítulo 3 ► MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	287
3.1 PROCESSO COLETIVO	287
3.1.1 Premissas	287
3.1.2 <i>Class Action</i> e o Mandado de Segurança Coletivo.....	293
3.1.3 Processo Coletivo: Modelo Brasileiro.....	296
3.1.4 Microsistema do Processo Coletivo e a Aplicação Direta do CPC: O Papel do CDC e da LACP na Interpretação e Aplicação dos Arts. 21 e 22 da Lei do Mandado de Segurança	299
3.2 O OBJETO DO MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO.....	303
3.2.1 Tutela de Direitos Coletivos Lato Sensu (Difusos, Coletivos Stricto Sensu e Individuais Homogêneos).....	303
3.2.2 O Problema da Recepção do Direito Estrangeiro: Direitos ou “Interesses”?.....	306
3.2.3 Identificação dos Direitos de Natureza Coletiva no Processo.....	313
3.2.4 O Art. 81, § único do CDC como Interface entre as Situações Jurídicas de Direito Material e a Tutela Processual Coletiva.....	316
3.2.5 O Mandado de Segurança como Instituto do Processo Coletivo para a Tutela de Direitos Coletivos Lato Sensu. Contraposições Teóricas e Legais à Sua Efetividade.....	322
3.2.5.1 O Mandado de Segurança Coletivo para Tutela Exclusiva de Direitos Coletivos <i>Stricto Sensu</i> (Leitura Literal)?.....	325
3.2.5.2 O Mandado de Segurança Tutela Apenas Direitos Individuais Homogêneos?326	
3.2.5.3 Possibilidade Jurídica do Pedido: Cabimento da Tutela de Direitos Difusos pelo Mandado de Segurança Coletivo	327
3.2.5.4 Interpretação Conforme à Constituição e Vedação de Retrocesso Social na Defesa dos Direitos Difusos	332
3.3 ADMISSIBILIDADE DO MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO (REQUISITOS PROCESSUAIS ESPECÍFICOS).....	337
3.3.1 Legitimação e interesse no mandado de segurança coletivo.....	338
3.3.1.1 Legitimação Ativa no MSC	338
3.3.1.2 Legitimidade Passiva: Determinação da Autoridade Coatora como Forma de Abranger um Maior Número de Beneficiados	385
3.3.1.3 “Legitimidade <i>ad Causam</i> ” ou “ <i>ad Processum</i> ” no Mandado de Segurança Coletivo. Novas Perspectivas sobre o Tema	392
3.3.1.4 Controle Jurisdicional da Legitimação Coletiva.....	395
3.3.1.5 A Legitimação do Ministério Público no Mandado de Segurança Coletivo	401

3.3.1.6	Consequência da Falta de Legitimação Coletiva Ativa: Obrigatoriedade de Oitiva do MP e Abertura de Prazo para os demais Legitimados para Eventual Sucessão Processual	404
3.3.1.7	Interesse Processual nos Mandados de Segurança Coletivo e nos Processos Coletivos em Geral: Releitura Teórica	405
3.3.1.8	Impossibilidade Jurídica do Pedido e a Inaplicabilidade do Art. 1º, § único da LACP aos Mandados de Segurança Coletivos.....	408
3.4	ASPECTOS PROCESSUAIS	409
3.4.1	Competência	409
3.4.2	A Inaplicabilidade e Inconstitucionalidade da M.P. nº 2.180-35 (“Congelada” pela EC/32) e da Lei Federal n. 9.494/97	411
3.4.3	O Regime da Litispendência no MSC (Art. 22, § 1º da Lei Federal n. 12.016/09)	413
3.4.3.1	A Desistência do mandado de segurança individual em razão da pendência do mandado de segurança coletivo. Art. 22, § 1º, da Lei Federal n. 12.016/2009. Possível inconstitucionalidade. Apelo ao microsistema.....	421
3.4.4	Liminar em Mandado de Segurança Coletivo (Art. 22, § 2º da Lei Federal nº. 12.016/09)	422
3.4.4.1	Cabimento da Liminar	423
3.4.4.2	Limites à Aplicação da Liminar (Duplo Juízo de Proporcionalidade).....	424
3.4.5	Intervenção Obrigatória do Ministério Público nos Mandados de Segurança Coletivos.....	426
3.5	CONSEQUÊNCIAS DO MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	430
3.5.1	Coisa Julgada em Mandado de Segurança Coletivo	430
3.5.1.1	Coisa Julgada <i>Secundum Eventum Litis</i> e <i>Secundum Eventum Probationis: Desenvolvimento no Direito Brasileiro até o CDC</i>	433
3.5.1.2	Críticas de Antonio Gidi e a “Falta de Seriedade” da Coisa Julgada Coletiva no CDC: Inocorrência.....	445
3.5.1.3	Inaplicabilidade do Art. 22, <i>caput</i> , da Lei Federal n. 12.016/09	447
3.5.2	Liquidação das Sentenças nos Mandados de Segurança Coletivos.....	450
3.5.3	Execução da sentença mandamental coletiva	451
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	453